

PET no HABEAS CORPUS Nº 547.962 - RO (2019/0353638-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : ROBERTO SORIANO (PRESO)
ADVOGADO : HEBER CARVALHO PRESSUTO - PR075386
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ROBERTO SORIANO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 1ª Região no HC n. 1039061-16.2019.4.01.0000.

O compulsar dos autos revela que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções penais previstas no art. 2º, *caput* e § 3º, da Lei n. 12.850/2013, c/c o art. 29 do Código Penal.

A defesa impetrou *writ* com pedido liminar na Corte de origem no qual postulou, em resumo, a nulidade da ação penal; a declaração de suspeição do Juízo impetrado; a declaração de inexistência da prevenção alegada pela autoridade coatora e a suspensão do interrogatório do paciente até o julgamento do *writ*; a identificação das testemunhas que atuaram na "Operação Armageddon" (e-STJ fls. 17/18).

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* nos seguintes termos (e-STJ fls. 17/18):

Sustenta a impetração que o Ministério Público Federal (MPF) ofereceu denúncia (recebida em 20/02/2019) em desfavor do paciente, apoiada no inquérito policial 320/2018-4-SR/DF/RO, instaurado para investigar a prática do crime de integrar organização criminosa, supostamente cometido no interior da Penitenciária Federal de Porto Velho/RO, a partir de bilhetes apreendidos que denotariam plano para a explosão e destruição de prédios e interrupção de serviços públicos, em razão do descontentamento dos internos pela suspensão das visitas íntimas, principalmente.

Assevera que o inquérito policial instaurado pela polícia federal é mera reprodução de cópia de elementos colhidos na chamada "Operação Armageddon", eufemismo de instrumento criado por uma mencionada "área de inteligência" da Penitenciária Federal em Porto Velho/RO, cujos documentos que a instruíram foram produzidos "sem

qualquer acompanhamento do Poder Judiciário".

Relata a impetração a existência de vício insanável desde a origem das investigações realizadas por um grupo de servidores da própria penitenciária, que produziu um relatório final "apócrifo", que basicamente faz menção a "bilhetes encontrados" e "fatos testemunhados", mas sequer se permite concluir, afirma, por quem teriam sido encontrados os tais bilhetes e quais as pessoas que presenciaram os fatos mencionados.

Tratando-se de pedido de suspensão da ação penal e de análise aprofundada de toda a documentação trazida pela impetração para decidir sobre de nulidade da decisão que declarou prevento o juízo impetrado; da declaração de suspeição do juízo impetrado; de nulidade da ação penal; de inépcia da denúncia, por ausência de justa causa e de violação à ampla defesa, não se aconselha o seu exame em decisão liminar, seja pela excepcionalidade da medida (suspensão da perseguição) seja porque a tese do writ se arrima em matéria fática e, ainda, pela necessidade de que o exame do pedido se dê com mais amplitude, depois de um contraditório mínimo que envolve a manifestação da autoridade impetrada e do MPF.

E a participação do paciente nos atos processuais, ainda que possa causar desconforto pessoal, também não configura constrangimento ilegal, na perspectiva do habeas corpus, pois não implica uma violação ou uma ameaça real à liberdade de locomoção, ainda que, na hipótese, a locomoção do paciente esteja limitada, em razão de seu recolhimento em penitenciária federal.

Tal o exposto, indefiro a liminar.

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa apontou constrangimento ilegal decorrente do não deferimento da suspensão do interrogatório do paciente nas audiências de instrução marcadas para os dias 29/11/2019 e 6/12/2019. Afirmou que na ação penal em referência, em sua resposta à acusação, havia requerido a realização de diligência para identificação dos servidores atuantes na área de inteligência da Penitenciária Federal em Porto Velho (RO) e que teriam produzido o relatório, segundo a defesa, apócrifo, que havia dado suporte à investigação que culminara na ação penal em voga, tendo sido o pedido indeferido pelo Juízo de origem. E acrescentou que a realização de interrogatório sem a oitiva de tais servidores maculava o feito por configurar cerceamento de defesa. Afirmou que "em nenhum momento o Paciente solicitou que pudesse deixar de participar dos atos processuais. O que o Paciente solicitou foi a suspensão do interrogatório, para cessar o risco de nulidade do processo". E que, na espécie, "há ocultação de testemunhas oculares" e, "caso não seja

suspensão o interrogatório, e, depois, a Justiça conceda o direito do Paciente, de ouvir as testemunhas pretendidas, haverá nulidade da audiência de instrução, ante a realização do interrogatório antes da produção de todas as provas pretendidas" (e-STJ fl. 8).

Dessa forma, requereu, liminarmente e no mérito, a suspensão do interrogatório do paciente (e-STJ fl. 13).

O *writ* foi indeferido liminarmente sob o fundamento de que não seria o caso de superação da Súmula n. 691/STF.

Nesta oportunidade, a defesa pleiteia o aditamento do pedido liminar para que "seja determinada a identificação dos agentes penitenciários que participaram das investigações, com a conseqüente intimação para prestarem seus depoimentos como testemunhas de defesa do Paciente" (e-STJ fl. 1.961).

É, em síntese, o relatório.

A despeito dos argumentos apresentados, não vislumbro razão para alterar o entendimento firmado ao indeferir liminarmente o *habeas corpus*.

De fato, o Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorreu na espécie.

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado, mormente em relação à necessidade da diligência de identificação das testemunhas que a defesa pretende arrolar.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Reitero, destarte, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, as alegações formuladas no presente pedido, de igual modo, não alteraram tal cenário, motivo pelo qual mantenho a decisão.

Dessa forma, **indefiro** o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator